

DECRETO № 48 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

CERTIFICO QUE
O Documento de Nº 200 48/2025
Foi publicado nesta data no mural decia,
Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra/RS
Em 11 102 12020
Responsáveis B.

Declara Situação de Emergência nas áreas do município, afetadas pelo evento adverso Estiagem - COBRADE 14110, conforme IN/MDR 02/2016

O Senhor Paulo Cezar Scheneider de Siqueira, Prefeito Municipal em exercício de Boa Vista do Incra, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012,

#### CONSIDERANDO:

I – que o Município de Boa Vista do Incra foi atingido por baixos índices de precipitação pluviométrica caracterizada pela escassez de chuvas, ocorrido nos meses de novembro de dezembro de 2019 e até meados do mês de janeiro de 2020, ocorrendo um déficit de precipitação em relação a anos normais no mesmo período;

II – o levantamento da EMATER e da Secretaria de Agricultura deste Município, informam que a situação causou danos irreversíveis ao setor agropecuário de perdas nas culturas de Soja, Milho e produção de leite;

III – que o Munícipio é essencialmente agrícola e que essas culturas respondem pela maioria da renda obtida nas propriedades rurais e que por sua vez a grande maioria são formados por pequenos produtores das culturas e que essa frustração de safra já causa grande impacto social, como: desânimo, insegurança, desmotivação familiar e perda do poder aquisitivo;



IV – que por serem as culturas de Soja, Milho e pecuária leiteira, as principais fontes de renda dos agricultores, os mesmos enfrentarão dificuldades de saldarem suas dívidas junto aos agentes financeiros, assim como afetará dificuldades para o sustento familiar até a próxima safra;

V – que o Poder Público para a amenizar os efeitos causados pelo evento estiagem colocou à disposição recursos materiais e humanos para abertura de bebedouros, disponibilização de hora extra para a patrulha agrícola para realização de serviço de silagem.

VI – o parecer do Coordenador de Defesa Civil Municipal relatando a ocorrência deste desastre, ser favorável a declaração de Situação de Emergência;

#### **DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Estiagem - COBRADE 14110, conforme IN/MDR nº 02/2016, de 20 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único. A situação de anormalidade é válida para as áreas comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme o contido no requerimento/FIDE anexo a este Decreto.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a Coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.



- Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil COMPDEC.
- Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
- I <u>penetrar nas casas</u>, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;
- II <u>usar da propriedade</u>, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo Único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

- **Art. 5°.** De acordo com o estabelecido no Art. 5° do Decreto-Lei n° 3.365 de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
- § 1º. No processo de desapropriação deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.



§ 2°. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6°. De acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), em situação emergência, se necessário, ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos. Acerca de causas e consequências de eventos adversos, registramos interpretação do TCU, que firmou entendimento, por meio da Decisão Plenária 347/1994, "de que as dispensas de licitação com base em situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, somente são admissíveis caso não se tenham originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, desde que não possam, em alguma medida, serem atribuídas à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação".

Art. 7º. De acordo com a Lei nº 10.878, de 08.06.2004, regulamentada pelo Decreto Federal no 5.113, 22 de junho de 2004, que beneficia as pessoas em municípios atingidos por desastres e, cumpridos os requisitos legais, autoriza a movimentação da sua conta vinculada ao FGTS. Tal benefício ocorrerá somente se o municio decretar situação de emergência e se obtiver o reconhecimento federal daquela situação. E mais: O Ato Federal de Reconhecimento avalia a situação de emergência do município - e não do munícipe - e visa socorrer o Ente Federado que teve sua capacidade de resposta comprometida e somente em casos específicos, e indiretamente, estenderá esse alcance e socorro ao cidadão. Por fim, o que é reconhecido é a



situação de emergência do poder público e não a necessidade do cidadão. Afinal, se a situação de emergência do poder público é inexistente, qualquer que seja o motivo do pedido, o seu reconhecimento será ilegal.

- Art. 8°. De acordo com o artigo 13, do Decreto nº 84.685, de 06.05.1980, que possibilita alterar o cumprimento de obrigações, <u>reduzindo inclusive o pagamento devido do Imposto sobre a Propriedade Rural ITR</u>, por pessoas físicas ou jurídicas atingidas por desastres, comprovadamente situadas na área afetada;
- Art. 9°. De acordo com o artigo 167, § 3° da CF/88, é admitida ao Poder Público em SE ou ECP a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes;
- **Art. 10°.** De acordo com a Lei n° 101, de 04 de maio de 2000, ao estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, permite abrandamento de prazos ou de limites por ela fixados, conforme art. 65, se reconhecida a SE ou o ECP;
- Art. 11°. De acordo com o art. 4°, § 3°, inciso I, da Resolução 369, de 28 de março de 2006, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que dispõe sobre os casos excepcionais, tem-se uma exceção para a solicitação de autorização de licenciamento ambiental em áreas de APP, nos casos de atividades de Defesa Civil, de caráter emergencial;
- Art. 12°. De acordo com art. 61, inciso II, alínea "j" do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, ou seja, são circunstâncias agravantes de pena, o cometimento de crime em ocasião de inundação ou qualquer calamidade;
- Art. 13°. De acordo com as políticas de incentivo agrícolas do Ministério do Desenvolvimento Agrário que desenvolve diversos programas para auxiliar a população atingida por situações emergenciais, como por exemplo, a



renegociação de dívidas do PRONAF e o PROAGRO, que garante a exoneração de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais

Art. 14°. De acordo com a legislação vigente o reconhecimento Federal permite, ainda, alterar prazos processuais (artigos 218 e 222, do Novo Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), dentre outros benefícios que poderão ser requeridos judicialmente.

Art. 15°. Este Decreto tem validade por 180 (cento e oitenta) dias e entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, aos 10 dias do mês de fevereiro de 2020.

Paulo Cezar Scheneider de Siqueira **Prefeito Municipal** 

ANEXO I – Parecer Técnico 01/2020 da COMPEDC.

ANEXO II - Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

ANEXO III - Relatório da Assistente Social.

ANEXO IV – Laudo Técnico da EMATER.

ANEXO V – Manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

ANEXO VI - Relatório da Secretaria de Obras.

ANEXO VII - Relatório da Secretaria de Agricultura.

# COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC

### PARECER TÉCNICO Nº 01/2020

Interessado: Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

Assunto: Decretação e reconhecimento de Situação de Emergência

Desastre: Estiagem - COBRADE 14110

# DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Consoante preceitua a Instrução Normativa nº 02/2016, do Ministério do Desenvolvimento Regional, a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública serão declarados mediante decreto do Prefeito Municipal, do Governador do Estado ou do Governador do Distrito Federal.

A decretação se dará quando caracterizado o desastre e for necessário estabelecer uma situação jurídica especial que permita o atendimento às necessidades temporárias de excepcional interesse público, voltadas à resposta aos desastres, à reabilitação do cenário e à reconstrução das áreas atingidas.

Nos casos em que o desastre se restringir à área do DF ou do Município, o Governador do Distrito Federal ou o Prefeito Municipal decretará a Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública, remetendo os documentos à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, para análise e reconhecimento, caso necessitem de ajuda Federal.

O reconhecimento da Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública pelo Poder Executivo Federal dar-se-á mediante requerimento do Poder Executivo do Estado, do Distrito Federal ou do Município afetado pelo desastre.

O requerimento, para fins de reconhecimento da Situação de Emergência ou o Estado de Calamidade Pública, deverá ser acompanhado de parecer do órgão Municipal,



Distrital ou Estadual de Proteção e Defesa Civil, fundamentando a decretação e a necessidade de reconhecimento federal.

#### DA ANÁLISE

A presente documentação foi analisada com base nos critérios definidos na IN/MDR nº 02/2016. Após a leitura constatou-se que:

- A documentação obrigatória constante do § 1º do artigo 6º da IN/MDR nº
   02/2016 foi preenchida e contém as informações necessárias para a análise técnica.
- 2. Os danos informados no Formulário de Informações do Desastre FIDE são relativos aos fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos nos parágrafos 1º a 4º do artigo 2º da IN/MDR nº 02/2016.
- 3. Os prejuízos econômicos privados informados no Formulário de Informações do Desastre - FIDE são relativos ao fenômeno causador do desastre e se enquadram nos critérios mínimos estabelecidos no artigo 3º da IN/MDR nº 02/2016.
- 4. Os danos e prejuízos decorrentes do evento adverso implicaram no comprometimento da capacidade de resposta econômica e administrativa do poder público municipal.
- 5. O prazo para envio da documentação solicitando o reconhecimento, estabelecido no § 2º inciso II do artigo 6º da IN/MDR nº 02/2016 pode ser cumprido, desde que seja remetida até o dia 01 de março de 2020.
- 6. Considerando os documentos remetidos pela EMATER através de relatório referente aos prejuízos decorrentes da estiagem ocorrida de 15 de novembro de 2019 à 10 de janeiro de 2020, são suficientemente comprobatórios ao que diz respeito as perdas financeiras aos produtores rurais.
- 7. Considerando o Relatório da Assistente Social que quantifica todos os afetados pelo evento estiagem.



8. Considerando a manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que

reafirma as perdas no Município.

9. Considerando os relatórios da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Obras

de todas as atividades realizadas nas propriedades rurais dos atingidos pelo evento

Estiagem.

DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos,

conclui-se que os requisitos estabelecidos na IN/MDR nº 02/2016 para a decretação e

para a solicitação de reconhecimento federal foram cumpridos.

Desta forma, sugere-se a remessa da documentação ao Secretário Nacional de

Proteção e Defesa Civil para fins de reconhecimento da Situação de Emergência

declarada no município.

É o parecer.

Boa Vista do Incra, RS, 10 de Fevereiro de 2020.

Madridio de Toledo Colvero

Coordenador(a) Municipal de Proteção e Defesa

Civil - COMPDEC

# SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

# Formulário de Informações do Desastre - FIDE

UF: RS	Município: Boa Vista do Incra	Código IBGE: 4302238			
População (habitantes	PIB (Anual)	Orçamento (anual)	Arrecadação (anual)		
2.425	221.878.999,48	23.280.700,00	22.744.806,78		
Receita con	ente líquida (mensal)	Receita corrent	e líquida (anual)		
1	675.606,87	20.107.282,44			

#### PROTOCOLO Nº RS-F-4302238-14110-20200210

2. TIPIFICAÇÃO	3. DATA	DA OCORRÊN	CIA DO DESAST	RE	
COBRADE	Denominação(Tipo ou Subtipo)	Dia	Mês	Ano	Horário
14110	Estiagem	10	02	2020	15:38

4.1 Área com população afetada/Tipo de ocupação Residencial	Não existe/ Não afetada	Urbana	Rural	Urbana e rural
Comercial	X			
Industrial	X			
Agricola			X	
Pecuária			X	
Extrativismo vegetal	X			
Reserva florestal ou APA	X			
Mineração	X	,		
Turismo e outras	X			
Engreen Lember		Barryon Oliver	The state of the s	5
	I make	5-2	3	a pros

#### 4.3 Descrição das áreas com população afetada

Área Urbana não foi afetada. Área Rural toda afetada.

#### 5. CAUSAS E EFEITOS DO DESASTRE

No período compreendido entre 15/11/2019 à 21/02/2020 devido ao déficit hídrico devido ao baixo volume de precipitação registrando apena um total de 55 milímetros segundo o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET, houve em toda a Zona Rural prejuízo nas culturas de Soja com perda estimada de 50% da produção, na cultura de milho para produção de grãos com perda estimada de 40%, cultura de milho para a produção de silagem com perda estimada de 65%, na produção de leite perda estimada de 20%, conforme laudo técnico da EMATER. Esse acontecimento causou danos irreversíveis à população da Zona Rural do Município nas Comunidades: Capão Grande, Três Capões, Fazenda Corticeira, Santo Izidro I, Santo Izidro II, Anexo A, Independente, Anexo B, Anexo C, União Gaúcha, Anexo E, Anexo F. Segundo Nota de Esclarecimento emitida pela Secretaria de Agricultura, informa que o poço artesiano do qual é captada a água para o abastecimento dos moradores da Localidade do Anexo D, interior do Município, está em racionamento de água devido à baixa do nível de captação de água ocasionada pela estiagem enfrentada no Município, afetando o suprimento de água para 13 famílias.

6.1 DANOS	Discriminação				
HUMANOS Informar a quantidade	Mortos	Pessoas que perderam suas vidas em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0		
de mortos, feridos, enfermos, desabrigados,	Feridos	Pessoas que sofreram lesões em decorrência direta dos efeitos do desastre e necessitam de intervenção médico-hospitalar, materiais e insumos de saúde (medicamentos, médicos, etc.).	0		
desalojados, desaparecidos e outras	Enfermos Enfermos	Pessoas que desenvolveram processos patológicos em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0		
pessoas que foram diretamente afetadas	Desabrigados	Pessoas que necessitam de abrigo público, como habitação temporária, em função de danos ou ameaça de danos causados em decorrência direta dos efeitos do desastre.	0		
pelo desastre, desde	Desalojados	Pessoas que, em decorrência dos efeitos diretos do desastre, desocuparam seus domicílios, mas não necessitam de abrigo público.	0		
que necessitem de auxílio do poder público	Desaparecidos	Pessoas que necessitam ser encontradas, pois, em decorrência direta dos efeitos do desastre, estão em situação de risco de morte iminente e em locais inseguros/perigosos.	0		
ou cujos bens materiais	<b>Outros afetados</b>	Pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima)	33		
enham sido danificados - destruídos.	TOTAL DE AFETADOS				

#### 6.1.1 Descrição

Os danos Humanos se referem às 13 (treze) famílias residentes na localidade do Anexo D (coordenadas 28º 48'06.6"S 53º 20'39.6"W), as quais foram afetadas pelo racionamento de água devido à baixa do nível de captação do poço artesiano que abastece as propriedades das referidas famílias.

6.2 DANOS MATERIAIS	Discriminação	Quantidades danificadas	Quantidades destruídas	Valor (R\$)
Informar a quantidade	Unidades habitacionais	0	0	0,00
de instalações de ensino, saúde, uso	Instalações núblicas de caúde	0	0	0,00
comercial ou comunitário, unidades	Instalações públicas de ensino	0	0	0,00
habitacionais ou de obras de infraestrutura	s ou de Instalações públicas prestadoras de outros	0	0	0,00
danificadas ou destruídas pelo desastre.	Instalações públicas de uso comunitário	0	0	0,00
and the second section of the second section of	Obras de infraestrutura pública	0	0	0,00

#### 6.2.1 Descrição

#### 6.3 DANOS Sim Não Discriminação População do município atingida **AMBIENTAIS** Poluição ou contaminação da água X Informar as alterações Poluição ou contaminação do ar X ocorridas no meio ambiente que Poluição ou contaminação do solo X comprometeram a Diminuição ou exaurimento hídrico DE 0% A 5% DA POPULAÇÃO AFETADA X qualidade ambiental em decorrência direta dos Área atingida Sim Não efeitos do desastre. X Incêndios em parques, APA's ou APP's

#### 6.3.1 Descrição

Em função da redução das precipitações houve a baixa do nível de captação de água no poço artesiano da localidade do Anexo D (coordenadas 28º 48'06.6"S 53º 20'39.6"W).



### Estado do Rio Grande do Sul Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra Secretaria de Assistência Social e Habitação

Memorando nº03/2020

Boa Vista do Incra, 03 de fevereiro 2020

DE: Secretaria de Assistência Social e Habitação

PARA: Secretaria de Administração

ASSUNTO: Relatório ref. Ao memorando nº35/2020

Venho por meio deste cumprimentá-lo e na oportunidade encaminhar em anexo relatório referente ao solicitado no memorando nº35/2020.

Sendo isso para o momento,

Atenciosamente,

Vanessa Prediger

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

PROTOCOLADO
Sob n° 288/2020
Data Q3/04/2020
Resp. Q.

Ao cumprimentá-lo, venho por meio deste em resposta ao memorando interno nº 35/2020, que solicita laudo referente aos impactos socioeconômicos durante o período de Estiagem de 15 de novembro de 2019 e 10 de janeiro de 2020.

#### Relatório

De acordo com as manifestações a cerca da estiagem que afetou o Município de Boa Vista do Incra, a ausência de chuvas previstas para uma determinada temporada, ou da redução na sua quantidade, ou mesmo do atraso em sua chegada, de maneira geral, quando falamos em estiagem, queremos dizer que houve uma queda no volume de para níveis sensivelmente inferiores ao normal, comprometendo necessariamente as reservas de água locais, além de causar prejuízos à agricultura e à pecuária. Considera-se que o município é constituído por 1700 (Hum Mil e Setecentos) habitantes na zona rural, segundo dados do IBGE, distribuídos entre as Localidades: Três Capões, Capão Grande, Fazenda Corticeira, Anexo A, Independente, Anexo B, Anexo C, Anexo E, União Gaúcha e Anexo F, considera-se que, todos os habitantes destas localidades, foram afetados diretamente pelo evento estiagem. Tendo em vista que o Município de Boa Vista do Incra, tem sua economia voltada à agricultura, somos sabedores de outros tempos das grandes perdas e deficiências causadas pela falta de chuva nas produções dos pequenos e grandes produtores do Município, sendo que seu impacto irá se manifestar de forma mais abrangente e emergente nas famílias dos pequenos produtores que dependem exclusivamente de seu trabalho para prover o sustento de sua família, levando em conta que toda a economia do Município estará afetada. O comércio local sente o impacto, onde as famílias irão priorizar o que é essencial. O Setor agropecuário sente a estiagem quando da deficiência de produção de pastagem para os animais que são utilizados para produção de leite e consumo próprio. As famílias atendidas pelas políticas públicas de Assistência Social, verão sua evolução quanto a sua independência afetada, pois não terão condições para subsidiar o custeio próprio, bem como terão que buscar maiores incentivos para reiniciar seu trabalho, muitos com a agricultura familiar e fornecimento de hortifrúti para o comércio local. No período mencionado entre 15 de novembro de 2019 a 10 de janeiro de 2020, o Município sofreu com a falta de chuva, sendo visíveis nas lavouras os danos por esta estiagem, comprometendo a produção e consequentemente a economia geral do Município. Esta situação trouxe consigo a preocupação das famílias que dependem da produção para custear suas despesas e prover seu sustento. As famílias em que a política de Assistência Social ampara, demonstram nos grupos de convivência através de relatos, a preocupação com a baixa produção que esta condição climática trouxe para as lavouras.

Sendo o que tenho a relatar, subscrevo-me.

Kadigia Hasan Bittencourt

Assistente Social

Boa Vista do Incra – RS, 03 de fevereiro de 2020



# LAUDO TÉCNICO REFERENTE AOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA ESTIAGEM OCORRIDA DE 15 DE NOVEMBRO DE 2019 A 10 DE JANEIRO DE 2020.

As informações abaixo são referentes aos prejuízos causados pela estiagem que atingiu todo o município de Boa Vista do Incra, durante o período de 15 de Novembro de 2019 a 10 de janeiro de 2020. As perdas no município de Boa Vista do Incra abrangem todas as localidades do município e foram em consequência do déficit hídrico, devido ao baixo volume de precipitação registrado, que nesse período foi de 55 milímetros segundo o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET.

Danos foram observados nas culturas anuais de soja e milho e na bovinocultura de leite, sendo o impacto econômico demostrado no quadro abaixo. Na soja as perdas são decorrentes do déficit hídrico no período vegetativo, com redução do porte e do número de trifólios e nas cultivares mais precoces houve interferência também no período reprodutivo (floração e início da formação de legumes), fase na qual a soja tem uma maior exigência hídrica. No milho as perdas são decorrentes do déficit hídrico na fase de polinização e enchimento de grãos, que resultou em espigas com número reduzido de grãos e de menor peso. Na bovinocultura de leite as perdas foram em decorrência da falta de pastagens de qualidade e da baixa produção e qualidade do milho silagem produzido, com perdas estimadas em 70%. Desta forma, houve redução da oferta de alimentos para o rebanho leiteiro e isto irá persistir nos próximos meses, uma vez que, uma nova confecção de silagem (milho safrinha) só será realizada no mês de maio.

Cultura	Área	Área	Perda	Produção	Prejuízo	Cotação	Prejuízo
	plantada	atingida	na área	esperada			financeiro (R\$)
	total		atingida	inicialmente			
	(ha)	(ha)	(%)	(ton)	(ton)	(R\$/ton)	(R\$)
Soja	32.700	32.000	20	125.764,00	24.608,00	1266,66	31.168.492,80
Milho	1.350	1.350	40	14.296,50	5.718,60	650,00	3.717.090,00
Milho Sil.	900	900	65	28.125,00	18.281,70	150,00	2.742.255,00
Produção	Produtores	Produtores	Perda	Produção	Prejuízo	Cotação	Prejuízo
animal	que	atingidos	na área	esperada			financeiro
	vendem		atingida	inicialmente			
	para a						
	indústria						
	(N°)	(N°)	(%)	(litros)	(litros)	(R\$/litro)	(R\$)
Leite	120	120	20	9.408.300,00	627.223,00	1,10	689.945,30
TOTAL			1	1		1	38.317.783,10



Foram registrados danos em 500 propriedades rurais, que cultivam soja e/ou milho e/ou tem a atividade de bovinocultura de leite. Portanto, pelo número de famílias atingidas e pela extensão do dano temos um impacto significativo na economia do município.

As informações acima apresentadas foram obtidas em reunião com os membros Conselho Agropecuário, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, empresas e cooperativas locais e produtores rurais, e também em visitas as propriedades rurais, através de conversas informais com os agricultores e dados do IBGE.

Rodimar Carvaino dos Santos ERNM - Agropecuária ASCAR/EMATER RS

Técnico Agrícola Rodimar Carvalho dos Santos Extensionista Rural Nível Médio I- Agropecuário EMATER/RS-ASCAR



#### SISPERDAS **OCORRÊNCIA** GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO / GPL

Impressão 23/01/2020 11:22:26 Página 1

Município: Boa Vista do Incra

Região: Ijuí

Tipo de ocorrência: Seca

Período: 30/12/2019 até 24/01/2020

Houve perdas: Sim Não

Nº de Localidades atingidas: 17

N° de Propriedades atingidas: 500

Estado de emergência: Sim

Observações:

Estiagem ocorrida no período de 15 de nov. de 2019 até 10 de janeiro de 2020.

Infra-estrutura	
Estradas	
Comunidades Com Problemas De Escoamento Da Produção	0 Un
Quilômetros Afetados Em Estradas Vicinais	0,00 Km
Construções E Instalações Afetadas	
Casas	0 Un
Galpões	0 Un
Armazéns	0 <b>Un</b>
Silos	0 <b>Un</b>
Estufas De Fumo	0 Un
Estufas/tonéis Plásticos Para Horticultura	0 Un
Açudes (piscicultura/irrigação)	10 Un
Aviários	0 Un
Pocilgas	0 Un
Total De Produtores Prejudicados Em Construções/instalações	10 Un
Abastecimento De água	
Fontes De água Contaminadas	0 Un
Famílias Sem Acesso à água	0 Un

Rodimar Carvallio dos Santos ASCAR/EMATER-RS

Grãos				THE STATE OF THE S		Produtores	
Atividade	Área Plantada No Município(Ha)	Área Atingida(Ha)	Produtividade F Inicial(Kg/ha)	Produtividade Atual Na Área Atingida(Kg/ha)	Perdas Na área Atingida(T)	Atingidos Na Cultura(Un)	
Milho	1.350,00	1.350,00	10.590,00	6.354,00	5.718,60	<u>50</u>	
<u>Soja</u>	32.700,00	32.000,00	3.846,00	3.077,00	24.608,00	500	
Milho silagem	900,00	900,00	31,250,00	10.937,00	18.281,70	120	
Total De Pro	odutores Com Perdas	Em Grãos				550 <b>Un</b>	
ruticultur	a						
		Não	há registro	de perdas.			
Total De Pro	odutores Com Perdas	s Em Frutas				0 <b>Un</b>	
Fumo E Ol	ericultura						
		Nã	o há registro	de perdas.			
Total De Pro	odutores Com Perda	s Em Olerícolas				0 Un	
	odutores Com Perda					0 Un	
Pastagens		área Plantada	»(Ha)	área Atingida	(Ha)	Perdas Na área Ai	ingida (%
	agem	500,00	s(na)	500,00		70,00	
	tiva ivada	1.000,00		1.000,00		70,00	
Produtores	Prejudicados (sem l	Repetição)				120 <b>Un</b>	
Floricultu	ra						
	a Com Flores No Mur	nicípio(comercial)				0 Ha	
	Pelos Eventos					0 Ha	
Perda Na áre						0,00 %	
	Produtores Prejudica	dos				0 Un	
Animais N	1ortos						
Bovinos De C	Corte (nº De Cabeças	;)				0 Un	
	eite (nº De Cabeças					0 Un	
Suínos (nº D						0 Un	
Aves Comer	cial (nº De Cabeças)					0 Un	
	(t De Peixes)					0 T	
Apicultura C	omercial (n° De Caix	as)				0 Un	
Produtores I	Prejudicados (sem R	epetição)				5 Un	
Produção	Leiteira						
Produção Di	ária Não Coletada (e	m litros)				5.227 <b>L</b>	
	tal Não Coletada (en					627.223 <b>L</b>	
	Prejudicados					120 Un	
Reflorest	amento					0 84-	
Erva-mate	e (produção Perdida)					0 Pés	
						0 Pés	
Eucalipto						0 Pés	

Rodimal Cavalno dos Santos Rodimal Cavalno dos Santos ERNM I CAPOPECUÁTIO ERNATER-RS ASCAR EMATER-RS Radimar Caramadh esgabavei Radimar Caramadh esgabavei Rodimar Caramadh esgabavei Rodimar Caramadh esgabavei Rodimar Caramadh esgabavei

3 of 3



# LAUDO TÉCNICO REFERENTE AOS PREJUÍZOS DECORRENTES DA ESTIAGEM OCORRIDA DE 15 DE NOVEMBRO DE 2019 A 10 DE JANEIRO DE 2020.

As informações abaixo são referentes aos prejuízos causados pela estiagem que atingiu todo o município de Boa Vista do Incra, durante o período de 15 de Novembro de 2019 a 10 de janeiro de 2020 e de 25 de Janeiro de 2020 a 21 de Fevereiro de 2020. As perdas no município de Boa Vista do Incra abrangem todas as localidades do município e foram em consequência do déficit hídrico, devido ao baixo volume de precipitação registrado, que nesses períodos foram de 60 milímetros segundo o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET.

Segundo o COMDER, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Boa Vista do Incra-RS, os danos foram observados nas culturas anuais de soja e milho e na bovinocultura de leite, sendo o impacto econômico demostrado no quadro abaixo. Na soja as perdas são decorrentes do déficit hídrico no período vegetativo, com redução do porte e do número de trifólios e nas cultivares mais precoces houve interferência também no período reprodutivo (floração e início da formação de legumes), fase na qual a soja tem uma maior exigência hídrica. No milho as perdas são decorrentes do déficit hídrico na fase de polinização e enchimento de grãos, que resultou em espigas com número reduzido de grãos e de menor peso. Na bovinocultura de leite as perdas foram em decorrência da falta de pastagens de qualidade e da baixa produção e qualidade do milho silagem produzido, com perdas estimadas em 70%. Desta forma, houve redução da oferta de alimentos para o rebanho leiteiro e isto irá persistir nos próximos meses, uma vez que, uma nova confecção de silagem (milho safrinha) só será realizada no mês de maio.

Cultura	Área plantada	Área atingida	Perda na área	Produção esperada	Prejuízo	Cotação	Prejuízo financeiro (R\$)
	total		atingida	inicialmente			
	(ha)	(ha)	(%)	(ton)	(ton)	(R\$/ton)	(R\$)
Soja	32.700	32.000	50	125.764,00	62.882,00	1266,66	79.650.114,12
Milho	1.350	1.350	40	14.296,50	5.718,60	650,00	3.717.090,00
Milho Sil.	900	900	65	28.125,00	18.281,70	150,00	2.742.255,00
Produção	Produtores	Produtores	Perda	Produção	Prejuízo	Cotação	Prejuízo
animal	que	atingidos	na área	esperada			financeiro
	vendem		atingida	inicialmente			
	para a						
	indústria						
	(N°)	(N°)	(%)	(litros)	(litros)	(R\$/litro)	(R\$)
Leite	120	120	50	9.408.300,00	4.704 150	1,20	5.644.980,00



TOTAL 91.754.439,12

Foram registrados danos em 500 propriedades rurais, que cultivam soja e/ou milho e/ou tem a atividade de bovinocultura de leite. Portanto, pelo número de famílias atingidas e pela extensão do dano temos um impacto significativo na economia do município.

As informações acima apresentadas foram obtidas em reunião com os membros Conselho Agropecuário, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, empresas e cooperativas locais e produtores rurais, e também em visitas as propriedades rurais, através de conversas informais com os agricultores e dados do IBGE.

odinar danaho dos Santos ERNM I Propecuária ASCARTEMAZER-RS

Técnico Agrícola Rodimar Carvalho dos Santos

Extensionista Rural Nível Médio I- Agropecuário

EMATER/RS-ASCAR

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra Paulo Cezar Scheneider de Siqueira Prefeito Municipal em Exercício

# SOLICITAÇÃO DE DECRETO DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista do Incra, que representa a categoria dos **agricultores familiares**, vem respeitosamente até Vossa Senhoria SOLICITAR que a Administração Municipal **decrete Situação de Emergência** no Município de Boa Vista do Incra, em virtude da forte estiagem ocorrida desde o mês de novembro de 2019 até atualmente. As perdas foram levantadas/estimadas pela Emater em conjunto com o COMDER — Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural conforme ata nº 01/2020, na data de 20/01/2020. O Sindicato reafirma as perdas ocorridas em virtude da forte estiagem e considerando o avanço dos dias em relação à data da reunião e também as altas temperaturas registradas, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista do Incra reafirma as perdas em proporções ainda maiores daquelas apresentadas sendo de extrema necessidade o Decreto de Situação de Emergência.

No aguardo de uma resposta positiva. Atenciosamente,

Carla Maristela Zwicker de Siqueira

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Boa Vista do Incra, RS

Alexandre Jacó Ruedell

Vice-Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Boa Vista do Incra, RS

Sindicato dos Trabalhadores Rurais BOA VISTA DO INCRA - RS CNPJ: 05.513.703/0001-37

ALEXANDRE JACO NULBER - V.ca Presidente



Foto da lavoura de milho pra silagem de Carla Maristela Zwicker de Siqueira, Anexo E, interior, Boa Vista do Incra, RS Data: 02/02/2020



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO INCRA MEMORANDO INTERNO

Memorando: 006/2020 Data: 27/01/2020

De: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Obras. Para: Secretaria de Administração e Planejamento.

Assunto: Atividades Desenvolvidas Durante o Período de Estiagem.

Cumprimentando-o cordialmente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Obras vem por meio deste encaminhar a Secretaria de Administração e Planejamento, o Laúdo contendo as Atividades Desenvolvidas com a finalidade de amenizar os efeitos causados pela Estiagem, registradas no Período de 15 de Novembro de 2019 a 10 de Janeiro de 2020 em anexo. Em resposta ao Memorando 034/2020 emitido pela Secretaria de Administração e Planejamento.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Atenciosamente.

Lair Behnen

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Obras

# LAÚDO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM A FINALIDADE DE AMENIZAR OS EFEITOS CAUSADOS PELA ESTIAGEM

MUNÍCIPE	DATA DA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO	LOCALIDADE	ATIVIDADE REALIZADA
Lidia Ludwig	08/01/2020	Anexo F	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Saulo Medeiros	03/01/2020	Anexo A	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Paulo Medeiros	03/01/2020	Anexo A	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Adão Wiberling	08/12/2019	Independente	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Gilberto Martins	09/01/2020	Corticeira	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
José Nunes	09/01/2020	Linha Batú	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Manuel João Amaral	08/01/2020	Independente	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
José Alencar Couto	06/01/2020	Santo Izidro	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Rogério Elicker	06/12/2019	Santo Izidro	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Carlos Soares	06/12/2020	Linha Medeiros	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Vitorino Poltronieri	30/12/2020	Corticeira	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Renato Behnen	10/01/2020	Anexo A	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais
Helio Helbing	10/01/2020	Anexo C	Construção de Bebedouro para a Hidratação dos Animais

Lair Behnen

Secretário Municipal de Desenvolvimento e Obras

## **MEMORANDO INTERNO**

N° 07/2020

Data: 03/02/2020

REMETENTE: Secretaria de Indústria, Comércio, Agricultura e Meio Ambiente

DESTINATÁRIO: Secretária de Administração

ASSUNTO: Resposta Memorando 34/2020 Estiagem

SEGUE EM ANEXO LAUDO DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, COM INFORMAÇÕE DE CADA PROPRIEDADE.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste, informar que no período de dezembro/2019 a janeiro/2020 a Secretária de Agricultura teve que realizar em um curto período a Silagem de Verão devido a estiagem que atingiu nosso município, onde o Milho, veio a morrer, sendo assim, os produtores necessitavam da realização do serviço a curto prazo, para evitar maiores perdas, lembramos que a estiagem ocorreu num período crucial de florescimento e enchimento de grãos, onde alguns produtores realizaram a silagem apenas da palha.

Neste período de dezembro/2019 e janeiro/2020 o secretário de agricultura disponibilizou que os servidores da patrulha agrícola realizarem horas extras, muitas vezes sendo realizado o trabalho a partir as 05:00horas da manhã, e se estendendo até passar das 00:00 (meia noite), salientamos que de dezembro/2019 a janeiro/2020 foi prestado serviços de silagem a 42 produtores, conforme laudo em anexo.

Atenciosamente,

Marcos Gonçalves Maciel Secretário de Agricultura . ... I ....

236/2020

# LAUDO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM FINALIDADE DE AMENIZAR OS EFEITOS CAUSADOS PELA ESTIAGEM 2019/2020

	NOME DO PRODUTOR	НСТ	LOCALIDADE	DATA	Nº GUIA PGM
1	VALDIR MOHR	5	ANEXO C	21/01/2020	3760
2	GUSTAVO DA COSTA	5	CORTICEIRA	11/12/2019	3692
}	PAULO MEDEIROS	1	ANEXO A	12/12/2019	3695
	LUCAS BENEHN	4	TRES CAPOES	13/12/2019	3696
5	RENATO BENEHN	4	TRES CAPOES	13/12/2019	3697
5	VARLEI BENEHNN	4	ANEXO A	14/01/2020	3700
7	FABIO MORAES	3	ANEXO A	18/12/2019	3701
3	GELSO DREHER	5	SANTO IZIDRO	20/12/2019	3703
)	FERNANDA FALCKENBERG	5	3 CAPOES	19/12/2019	3705
LO	CELINA TOLEDO	3	INDEPENDENTE	19/12/2019	3707
11	OLIVIA LUDWIG	2,5	ANEXO F	19/12/2019	3709
12	JOVANE CHAGAS	3,5	ANEXO F	19/12/2019	3712
13	CELSO DREHER	5	SANTO IZIDRO	20/12/2019	3715
14	ROMULO TOLEDO	3,5	INDEPENDENTE	20/12/2019	3717
15	FERNANDO ROGERI	5	CORTICEIRA	20/12/2019	3719
16	GILBERTO MARTINS	1	ANEXO E	20/12/2019	3721
L7	EVANDRO MACHADO		SANTO IZIDRO	23/12/2019	3722
18	SANDRO MACHADO	2,5	ANEXO B	23/12/2019	3724
19	LUIZ DAL CASTEL	4	CORTICEIRA	23/12/2019	3726
20	VILMAR GHISLERI	3	ANEXO E	23/12/2019	3728
21	MARCELO TOLEDO	4	ANEXO B	23/12/2019	3729
22	LUCAS LIMA	5	CORTICEIRA	23/12/2019	3730
23	MARIA SOARES	4	ANEXO F	23/12/2019	3732
24	LUCIANO MATE SOARES	4	ANEXO F	23/12/2019	3733
25	LAIR BENENN	5	3 CAPOES	09/01/2020	3735
26	ALGIR CAMPOS	2	ANEXO B	13/01/2020	3739
27	ANDERSON SCHINEIDER	5	ANEXO E	13/01/2020	3740
28	ADI DREHER	4	SANTO IZIDRO	14/01/2020	3741
29	JAIR MARTINS	3,5	CORTICEIRA	15/01/2020	3745
30	PAULO ANDRADE	2	GAUCHA	15/01/2020	3747
31	FRANCISCO RUEDELL	4	ANEXO E	16/01/2020	3749
32	IVO MEDEIROS	3	ANEXO B	17/01/2020	3751
33	JUNIOR DREHER	3	CORTICEIRA	17/01/2020	3753
34	JOSE CARLOS CAMARGO		SANTO IZIDRO	17/01/2020	3755
35	GELSON DREHER		SANTO IZIDRO	17/01/2020	3757
36	MILTON MEDEIROS	4	ANEXO B	17/01/2020	3759
37	DARCI DREHER		CORTICEIRA	23/01/2020	3762
38	ELTON KONRAD	5	ANEXO C	22/01/2020	3764
39	VALDIR KLESNER	3	ANEXO E	22/01/2020	3766
40	CARMEM DIAS DA COSTA		TRES CAPOES	24/01/2020	3769
41	PEDRO EDESEL COSTA	5	CORTICEIRA	27/01/2020	3771
42	JOSE NILTON BITTENCOURT	1,5	ANEXO B	28/01/2020	3773



#### Estado do Rio Grande do Sul

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Incra

#### NOTA DE ESCLARECIMENTO

A prefeitura de Boa Vista do Incra vem por meio deste informar que o abastecimento de água no município é dado por sistema de captação subterrânea em sistemas de poços tubulares profundos. O poço Localizado no Anexo D,Interior do município, está em racionamento de água devido à baixa do nível de captação água ocasionado pela estiagem enfrentada no município, que afeta a captação normal e suprimento de água a 13 famílias que estão na localidade, o racionamento vem sendo realizado com o fornecimento de água no período de 12 horas em um intervalo de 36 horas, para minimizar o problema de fornecimento a Prefeitura Municipal interligou a rede de água do poço da localidade da União Gaúcha para auxiliar no fornecimento de água a população afetada pelo racionamento, lembramos também, que poderá sofrer racionamento no poço da União Gaúcha devido o aumento de consumo, este que passará a fornecer água de 23 para 36 famílias. O período de racionamento se manterá até que os níveis normais dos lençóis freáticos se normalizem, juntamente com as chuvas.

O manancial de captação é o lençol freático sendo este pertencente ao Aquífero Guarani, estando enquadrado junto a Bacia Hidrográfica do Alto Jacuí.

## Relação de famílias afetadas:

RELAÇÃO DE FAMILIAS ATINGIDAS DE ÁGUA	PELO RACIONAMENTO
NOME	QUANTIDADE
NATALICIO DE SOUZA	4
SAULO SOUZA	3
VALENCIO DE SOUZA	2
JOAO PAULO DE SOUZA	1
EDEMUNDO DE SOUZA	3
JOCELI BOFF	1
OSVALDO LUCAS DE SOUZA	3
SANDRA SOUZA DA SILVA	4
MARCOS SOUZA DA SILVA	3
PAULO SERGIO DA SILVA	1
ORLANDO FLORES	2
OSCAR TERHOST	2
ROBERTO TERHOST	4
SOMA TOTAL	33

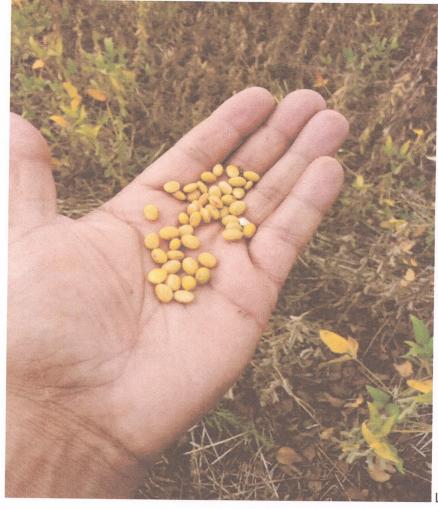
Boa Vista do Incra, 26 de Fevereiro de 2020





ANEXO E





LINHA MEDEIROS







LINHA BATHU







INDEPENDENTE

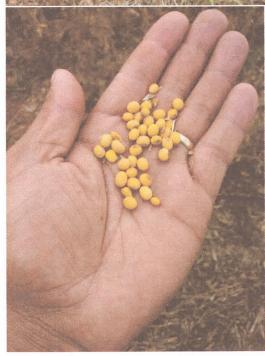






ANEXO F





ANEXO B









